

As primeiras conseqüências

UMA das primeiras conseqüências da decretação de moratória unilateral pelo Brasil seria o racionamento de combustíveis. Os donos de automóveis teriam de fazer fila nos postos para obter gasolina. Os transportes coletivos sofreriam graves restrições e os de mercadorias se desorganizariam.

Com filas para comprar alimentos, mercado negro para os produtos de consumo, escassez generalizada e abastecimento desorganizado, a sociedade brasileira atravessaria uma situação muito penosa.

Agricultura prejudicada

A agricultura, que é hoje o setor mais dinâmico da economia brasileira, estaria comprometida com a redução da oferta de combustível para tratores e implementos e de fertilizantes. Hoje, ela tem funcionado como um dique contra a recessão, mantendo o emprego de milhões de pessoas e garantindo a alimentação das populações urbanas.

Com o racionamento dos combustíveis, também a indústria teria de se submeter a quotas restritivas de óleo combustível, com conseqüências previsíveis nos níveis de produção e de emprego. O racionamento teria de ser feito de forma drástica, inclusive por questão de segurança nacional, já que a produção brasileira de petróleo ainda não chega a atender 40% do consumo do país.

Assim, já se nota que os que vêm na moratória a saída para os graves problemas do país deixam de informar as conseqüências imediatas desse passo. Uma parte de nossa dívida externa provém de recursos oriundos dos próprios países exportadores de petróleo. São os chamados "petrodólares", reciclados no mercado financeiro internacional através da rede bancária, que emprestou o dinheiro ao Brasil.

Uma suspensão dos pagamentos afetaria os ativos dos países petrolíferos e eles só teriam uma forma de nos obrigar ao ressarcimento: paralisar as entregas de petróleo. Não é necessário sequer imaginar o perigo real de sucateamento da

indústria, esmagada pela escassez de combustível e pelas dificuldades quase insuperáveis no abastecimento de matérias-primas. Difícilmente se manteria ativo o mercado interno e uma parte substancial das exportações industriais deixaria de existir, por falta de componentes importados.

A meio caminho

Seria, portanto, muito pouco inteligente e nada eficiente buscar uma saída na moratória, ainda mais agora que o país negociou um novo acordo com o FMI e novos recursos com o comitê bancário de coordenação da dívida externa.

Pode-se dizer que o país superou quatro anos de uma crise sem quartel na economia mundial, que desorganizou o comércio e quase implodiu o sistema financeiro internacional.

Superou porque sobreviveu. O Brasil funcionou todos esses anos — as importações foram bastante limitadas, mas se manteve o essencial para a indústria e a agricultura.

As exportações tiveram uma **performance** excelente. No início deste ano, ninguém em sã consciência acreditava que o país conseguiria realizar a meta de 6 bilhões de dólares de superávit na balança comercial em 83. Recentemente, o Governo ampliou essa meta para 6 bilhões 300 milhões de dólares, por factível. E, para 84, conta com um superávit de 9 bilhões de dólares.

Novas condições

Além de reabrir o caminho para recebimento das parcelas suspensas do empréstimo ampliado do FMI e do crédito "jumbo" dos bancos comerciais (de 4,4 bilhões de dólares, obtido no início do ano), o acordo atualmente em negociação com os credores suaviza algumas condições para o Brasil.

Em relação aos 6,5 bilhões de dólares em novos recursos que o Brasil está pedindo para este ano e 1984 — além de mais 5 bilhões de dólares de reescalonamento das amortizações que vencem no ano que vem — o comitê de assessoramento dos

credores (14 bancos) concordou com o prazo de nove anos para pagamento, com cinco anos de carência. Na renegociação passada, por exemplo, no final de 82, o prazo era de oito anos, com 30 meses de carência.

O país também poderá fazer alguma economia de divisas com a ligeira redução dos **spreads** (taxa de risco) para 2% acima da Libor (**London Interbank Offered Rate** — que regula os empréstimos no mercado dos eurodólares), ou 1,75% acima da **prime rate** (taxa preferencial nos Estados Unidos, também usada como parâmetro nos empréstimos internacionais). A taxa de reescalonamento, que em 82 foi de 1,5%, caiu no atual acordo para 1%.

O acordo foi concluído após mais de cinco horas de negociação no Fundo Monetário Internacional, em Washington, no último dia 6, entre as autoridades brasileiras lideradas pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e o comitê bancário liderado pelo seu presidente, William Rhodes (vice-presidente do Citibank), com a presença do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e de quase 200 banqueiros.

Comunicado divulgado após as negociações informou que foram concluídos "programas para a manutenção continuada das linhas de crédito interbancário e de financiamento às exportações". Esses dois pontos, que se constituíam nos chamados projeto 4 e 3 na última negociação, não foram cumpridos pelos bancos e se mostraram as partes mais vulneráveis da estratégia de renegociação anterior do Brasil.

Volta ao mundo

O Brasil quer deixar a desconfortável situação de manter consideráveis atrasos em seus compromissos externos, e o presidente do Banco Central iniciou imediatamente uma verdadeira volta ao mundo, para levar os termos do acordo aos cerca de 850 credores bancários do Brasil. Começou por Toronto, onde conversou com os executivos dos maiores bancos canadenses.

Em seguida, voou para o Havaí. É que lá se realizava a convenção dos banqueiros norte-americanos, reunindo cerca de 6 mil executivos, com ampla representação das instituições regionais norte-americanas — justamente as que mais resistem a aumentar sua **exposure** (volume de empréstimos) no Brasil, pondo em risco toda a viabilidade do programa de reajuste da economia brasileira.

Pastore está pedindo a todos os bancos credores que aumentem sua **exposure** em 11% sobre os volumes de dezembro de 1982. Junto aos bancos norte-americanos, no Havaí, ele contou com o apoio pessoal do presidente do comitê dos credores, William Rhodes, e do diretor-geral-adjunto do Fundo Monetário, William Dale.

O presidente do poderoso Banco Central dos Estados Unidos, Paul Volcker, alertou os bancos regionais, na convenção, sobre o perigo de um colapso do sistema financeiro internacional, se não cooperarem para solucionar a crise de liquidez dos países em desenvolvimento, que devem, em conjunto, cerca de 700 bilhões de dólares.

Uma palavra importante partiu também do presidente do Chase Manhattan Bank (3º maior credor do Brasil), Willard Butcher, que disse a seus pares, em Honolulu, em relação ao Brasil, que "não devemos abandonar o navio, agora que estamos tão perto do litoral".

Pastore ainda tem muita água pela frente. Depois de três dias de contatos com bancos japoneses, em Tóquio, passou pelo Extremo Oriente e hoje apresenta o programa de financiamento do Brasil aos bancos do Oriente Médio. Segue amanhã para Londres, onde o aguardam contatos com o Bank of England e com instituições da Nova Zelândia, Áustria, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Escandinávia, Portugal e Israel.

Depois, a próxima parada é Zurique, para ver os banqueiros da Suíça, Itália, Hungria, Tchecoslováquia, União Soviética, Luxemburgo, Lichtenstein, Líbia e Irã. Volta ao Brasil dia 20.